



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

No dia 19 de julho de 2024, às 14h30min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Nivaldo Jorge Machado; Marcelo Alexandre Balbino dos Santos; Rafael Farias Almeida; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Severino Carlos Amorim; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Adailton José da Silva; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiras (os) Suplentes: **Elimar Pereira da Silva; Natália Oikawa; Dayvton Diego Almeida; Karla Regina Monte Oliveira; Francisco de Assis do Nascimento.** PAUTA: **01. PNAB/Lançamento dos Editais; 02. Inadimplência dos Pontos de Cultura (Cleonice); 03. Lei Cultura Viva; 04. Definição da data para nova Eleição da Presidência do CEPC/PE.** **Amanda Carneiro** saudou a todos e, antes de iniciar a reunião, disse que gostaria de perguntar a todos os pares presentes, conforme o regimento, por não terem a presença da presidente para presidir a mesa e estarem sem vice até a nova eleição, se poderiam indicar algum Conselheiro para que o pleno votasse para presidir a reunião junto com ela, como parte da mesa. Ela explicou que gostaria de abrir a reunião fazendo essa pergunta. Caso quisessem que ela presidisso sozinha, precisaria fazer essa pergunta para o pleno do Conselho. Quis saber se queriam que mais alguém presidisso ou se queriam escolher alguém. **Wllyssys Wolfgang** disse que queria sugerir que talvez o Rafael conduzisse a reunião junto com Amanda. Ele sugeriu que Amanda conduzisse a reunião e, junto com ela, Rafael, se ele assim aceitasse. **Amanda Carneiro** disse que a sugestão de Wllyssys Wolfgang era para que Rafael, junto com ela, conduzisse a reunião. Como ninguém mais levantou a mão, ela propôs fazer a votação. Amanda Carneiro pediu que, quem concordasse com Rafael conduzindo a reunião junto com ela, levantasse a mão. Após a votação, informou que tinham 10 votos a favor de que Rafael conduzisse a reunião com ela. **INFORMES.** **Rafael Farias** falou que eles tinham feito uma reunião com Yasmim e com o Segmento de Quadrilha Junina de Pernambuco. Ele aproveitou a oportunidade para pedir que houvesse alguém do governo presente para falar sobre a PNAB. Rafael acreditava que Yasmim Neves havia mencionado isso no grupo. Ele quis aproveitar para perguntar se essa pessoa já estava presente e quem era, solicitando que, se possível, essa pessoa se apresentasse para ajudar a conhecê-la e facilitar a condução da pauta. Ele mencionou que acreditava que a pauta era algo que todos estavam esperando. Rafael sugeriu compartilhar o link, pois, como a PNAB era um dos assuntos mais importantes do momento, a sociedade civil poderia aproveitar para fazer perguntas ou trazer apontamentos importantes sobre esse ponto de pauta. **Amanda Carneiro** disse que queria dar dois informes, que eram convites que chegaram para o CEPC e gostaria de torná-los públicos. Ela mencionou que colocou os convites no grupo, mas queria deixar registrado oficialmente. O primeiro convite era da FUNDAJ, com um convite da



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

presidente da FUNDAJ para uma proteção solene comemorativa aos 75 anos da instituição. Esse e-mail chegou essa semana, confirmado o convite para a presidência do conselho participar dessa solenidade. Além do conselho, a Secult também foi convidada, e Amanda Carneiro estava repassando a informação para que todos ficassem cientes. O Conselho de Audiovisual e seus membros também foram convidados. O segundo convite era sobre o Comitê. Amanda Carneiro explicou que eles receberam um e-mail, que também foi colocado no grupo, mas queria se certificar de que todos tivessem conhecimento. O e-mail tratava do Programa Nacional dos Comitês de Cultura em Pernambuco, que acontecerá no dia 4 de agosto de 2024, às 14 horas, no Pontão de Cultura e Museu Poço Comprido, localizado no engenho Poço Comprido, na área rural do município de Vicência. Amanda Carneiro reforçou o convite público para o Conselho de Política Cultural e mencionou que, quando a data estiver mais próxima, ela relembrará e reforçará o convite para que todos estejam informados. **Thaynna Leocádio** começou parabenizando pela correção do pedido que havia feito na reunião passada, destacando que o site foi reestruturado e a linguagem de gastronomia foi incluída corretamente. Ela agradeceu imensamente por isso. Em seguida, Thaynna Leocádio fez uma proposição para que a próxima reunião ordinária fosse dedicada à eleição, mencionando que já havia dois candidatos à presidência do Conselho e sugerindo que o primeiro ponto de pauta fosse essa eleição. Por último, ela reforçou um pedido já feito no grupo, solicitando que fosse registrado em ata sobre os autos do processo relacionado a Wagner Egito. Thaynna Leocádio mencionou que Yasmim Neves havia dito que ainda existiam pontos sensíveis a serem resolvidos, mas solicitou prazos e datas, sugerindo que o prazo fosse até a próxima semana, no máximo até sexta-feira, para que na próxima reunião todos já tivessem essa informação. Ela finalizou agradecendo. **Amanda Carneiro** informou que estava com algumas pautas para discutir e que tinha devolutivas a serem apresentadas. Ela mencionou que havia duas pessoas da Secult presentes na reunião para tratar de alguns pontos de pauta: Bárbara Santini e Edvaldo Júnior. Ambos se apresentaram e falariam mais tarde, quando a pauta fosse discutida. Amanda Carneiro fez também alguns informes sobre os pontos que Thaynna Leocádio havia levantado. Ela explicou que o processo relacionado a Wagner Egito, que foi solicitado para ser retirado, ainda não havia sido disponibilizado devido à presença de dados sensíveis. O processo foi recebido desde o dia 5, mas não pode ser compartilhado porque ainda continha dados pessoais sensíveis que precisavam ser removidos. Amanda Carneiro informou que solicitaram novamente a separação dos dados sensíveis e receberam um e-mail em resposta, que ela queria ler para todos. O e-mail dizia: "Boa tarde, prezados (as). Na qualidade de presidente desta comissão, cumpre informar que a comissão exerceu suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário ao cumprimento dos fatos exigidos pelo interesse da administração. Informo ainda que todo trânsito ocorrido nesta comissão assumiu o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações e documentos confidenciais a que tiveram acesso durante o desempenho na comissão permanente de Processo Administrativo Disciplinar e de Tomada de Contas Especiais

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

(CEPAD/Secult). Compreendem que quaisquer informações dadas aos processos, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade desta comissão estão sujeitas a sanções administrativas, judiciais e penais por não cumprimento do presente termo de confidencialidade e sigilo, mesmo após o encerramento das funções perante a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco. A parte diretamente interessada e seu advogado devidamente habilitado dentro dos autos têm o direito de acesso ao respectivo administrativo a qualquer momento e sem restrições, desde que confirmada sua identidade, conforme a Lei 9.784 de 1999 e a Lei 8.906 de 1994. Informamos ainda que a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, número 13.709 de 2018, aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados pessoais realizada por pessoa física ou jurídica e abrange instituições e organizações tanto públicas quanto privadas. Assim, o interessado tem direito à vista do processo, o que já foi disponibilizado ao imputado, senhor Wagner Staden de Vasconcelos Egito, e a obter certidões ou cópias reprodutivas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos pelo direito à privacidade, honra e imagem. Atenciosamente, Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e de Tomada de Contas Especiais - CEPAD." Amanda Carneiro disse que disponibilizaria o e-mail no WhatsApp da comissão jurídica de ética do Conselho. Ela informou que qualquer membro do Conselho que quisesse ter acesso ao processo na íntegra deveria enviar um e-mail para a ouvidoria da Secult, informando o motivo pelo qual gostaria de acessar o processo, incluindo todas as informações protegidas pela LGPD. Amanda Carneiro encerrou perguntando se alguém tinha alguma dúvida sobre essa questão. **Rafael Farias** expressou dúvida e mencionou que, como membro da comissão de ética, teve acesso aos autos. Ele lembrou que havia sido passado que todo o conselho teria acesso aos documentos, e achou que a nova informação representava um problema, pois parecia ferir o princípio da transparência dentro do conselho. Rafael achava que, dado o caráter desgastante do processo, era necessário que todos os membros tivessem acesso aos documentos. Ele questionou se seria possível discutir isso ou encaminhar uma proposta para que o documento fosse disponibilizado a todos os 80 membros do conselho. Rafael Farias considerou a situação um problema sério, pois não sabia da nova informação e achava que a exigência de enviar um e-mail para ter acesso às informações dava a impressão de que o conselho, a comissão de ética, ou até mesmo o Estado estava protegendo a informação. Embora soubessem que isso não era verdade, a impressão negativa era problemática. Ele compreendia que a legislação era complexa e que, no setor público, dados sensíveis precisavam ser tratados com cuidado. No entanto, acreditava que, pelo menos, poderia haver um acesso mais direto ao processo. Rafael achava importante que o conselho discutisse e reforçasse esse ponto, já que a falta de acesso para todos poderia criar uma percepção negativa sobre a transparência e o processo. **Thaynna Leocádio** reforçou o que Rafael Farias havia dito, afirmando que, na última reunião, ficou combinado que o conselho teria acesso ao processo. Ela entendeu que, se alguém quisesse acessar o processo na íntegra, com todos os dados, poderia solicitar por e-mail. No



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

entanto, Thaynna Leocádio considerou imprescindível que o conselho tivesse acesso aos documentos. **Elimar Pereira** cumprimentou a todos e, ao chegar na reunião, comentou sobre a questão da liberação do acesso aos documentos. Ele lembrou que, de acordo com o decreto, o acesso não era apenas para a comissão, mas também para os conselheiros. Elimar Pereira apontou que a comissão de ética não estava acima do Pleno e que os conselheiros não tiveram acesso adequado aos documentos. Ele destacou que a liberação dos documentos ocorreu através do WhatsApp da comissão, de maneira informal e apressada, e não por e-mail, o que parecia indicar uma tentativa de apressar a situação. Elimar Pereira expressou que, apesar de ter sido disponibilizado um pouco antes da reunião, o documento não foi lido com antecedência suficiente para tomar uma decisão informada. Ele enfatizou que o direito dos conselheiros e conselheiras era ter acesso aos autos do processo para verificar a veracidade das informações e tirar suas próprias conclusões. Elimar Pereira criticou o que considerou uma manobra do Estado para dificultar a participação e a ação da sociedade civil dentro do conselho. **Carlos Amorim** saudou a todos e afirmou que havia entendido claramente, com base na leitura de Amanda Carneiro que qualquer conselheiro poderia ter acesso ao relatório ou parecer. Ele explicou que o acesso estava disponível para todos, bastando para isso enviar um e-mail, e que ninguém estava impedido de obter as informações. Carlos enfatizou a importância de deixar isso claro e destacou que, ultimamente, havia questões pessoais envolvidas no conselho, o que não era apropriado. Ele sugeriu que, se alguém quisesse o relatório, deveria simplesmente enviar um e-mail para solicitá-lo, e que, com isso, a transparência seria mantida. Carlos Amorim acreditava que qualquer polêmica sobre o acesso aos documentos era desnecessária, e que todos deveriam avançar com a pauta. Ele concluiu dizendo que o documento estava disponível e que ninguém estava impedido de acessá-lo, desde que solicitasse por e-mail. Carlos Amorim também comentou que, de certa forma, essa abordagem protegida o Wagner Egito que, se fosse seu caso, ele preferiria que fosse dessa maneira. Ele acreditava que a pessoa que fosse buscar o documento seria responsável pelo que fizesse com ele, e que essa prática protegeria não apenas o Wagner Egito, mas o próprio conselho. **Amanda Carneiro** confirmou que Carlos Amorim havia compreendido a mensagem passada pela CEPAD. Ela explicou que o documento em questão era um processo administrativo, um inquérito, e que a mensagem havia sido bem recebida. Amanda Carneiro detalhou que, visando o compartilhamento correto das informações, o processo poderia ser acessado na íntegra, mas alguns dados ainda precisavam ser suprimidos. Ela mencionou que foi solicitado novamente, por e-mail, que fossem apagados dados sensíveis, como telefones e informações sobre testemunhas intimadas. Amanda Carneiro reiterou que qualquer membro do conselho poderia solicitar o acesso ao documento por e-mail, através da ouvidoria. Ela prometeu colocar o e-mail da ouvidoria no grupo dos 80 para garantir que todos tivessem a informação. Amanda Carneiro ressaltou que, ao seguir o processo corretamente, protegia-se tanto o Wagner Egito quanto as testemunhas e a imagem do conselho. Qualquer compartilhamento inadequado do documento poderia levar a investigações para identificar quem



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

comprometeu a integridade do conselho. Ela acrescentou que a CEPAD havia enviado o processo por e-mail, e não pelo WhatsApp. O WhatsApp foi usado para que os membros da comissão pudessem visualizar o documento, mas a comunicação oficial foi feita através do e-mail institucional. Amanda Carneiro destacou que Elimar, Rafael e Ana Paula estavam presentes na comissão e que era importante esclarecer esses pontos para todos. **Rafael Farias** pediu que fosse feita uma breve pontuação. Ele mencionou que o documento foi recebido por e-mail e também no grupo da Comissão, e que a reunião havia sido realizada de forma virtual. Rafael Farias analisou o documento pelo PDF no WhatsApp e solicitou que, para encerrar essa etapa, fosse feito o fechamento das inscrições para as pessoas que ainda quisessem falar. Ele enfatizou a necessidade de ser mais ágil nas discussões para avançar nas pautas importantes para o estado. Rafael Farias sugeriu que, após encerrar as inscrições com a última pessoa que levantou a mão, fosse dado início à discussão do primeiro ponto de pauta. Ele pediu que Amanda Carneiro encerrasse as inscrições e avançasse para a pauta principal. **Elimar Pereira** levantou uma questão de ordem em relação ao que Rafael Farias estava falando. Ele esclareceu que, ao acessar o e-mail, embora houvesse outros documentos, os autos do processo não estavam presentes no e-mail. Elimar Pereira destacou que os autos do processo haviam sido compartilhados apenas uma hora antes, e exclusivamente pelo WhatsApp. **Marcelo de Ogum** saudou aos presentes e fez um apelo aos seus pares. Ele pediu que esquecessem as discussões no grupo dos 80 e focassem na reunião, destacando que a palavra de Carlos Amorim já havia sido dada e que qualquer questão adicional parecia estar atrapalhando o processo. Marcelo de Ogum mencionou que, se alguém precisava do processo, deveria solicitar por e-mail, e enfatizou que era hora de avançar, deixar as picuinhas de lado e focar nas questões importantes. Ele expressou a necessidade de que o conselho se concentrasse na PNAB, pedindo para que não se perdesse mais tempo em discussões irrelevantes. Marcelo de Ogum sugeriu que o conselho "desarmasse o palanque" e passasse para a discussão da PNAB. **Elimar Pereira** declarou que, para ele, o assunto já estava encerrado e que os encaminhamentos necessários seriam feitos pela Justiça. Ele enfatizou que tudo no país deveria ser tratado com imparcialidade e que a Justiça era o caminho correto para resolver essas questões. Elimar Pereira ressaltou que o interesse do Estado foi cumprido, mas que agora o Estado também precisava fazer sua parte. Ele criticou qualquer tentativa de paralisar o conselho e lembrou que havia assuntos importantes a serem discutidos, como a PNAB. Mencionou também que, devido à ineficiência do governo atual, recursos que deveriam ter sido pagos em 29 de dezembro ainda estavam pendentes. Elimar Pereira concluiu criticando o governo estadual, dizendo que, após mais de um ano no poder, ainda não havia mostrado a que veio e que não havia projetos concretos, além de estarem sentados sobre os recursos do governo federal, destacando a importância do trabalho do governo Lula para a sobrevivência das iniciativas em andamento. **Ana Paula** convidou o mesmo que fez a afirmação de que o governo não trabalhava para passar um dia com eles, trabalhando. Ela disse que adoraria que ele passasse um dia inteiro lá para ver como eles "ficavam sentados sem fazer nada".



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Ana Paula também mencionou que havia estados que lançaram a LPG recentemente e sugeriu que ele verificasse essa informação, destacando que o ministério mantinha um ranking a respeito. Ana Paula disse que sairia da reunião porque realmente não tinha condições de ficar, pois não se discutia cultura. Ela explicou que a discussão de cultura é propositiva. Ana Paula informou que 50% dos pagamentos que eles realizavam precisavam ser feitos cinco vezes para chegar na conta do beneficiário. Ela ressaltou que, nos outros Estados, simplesmente na primeira vez que esse valor retornava, aquela pessoa era eliminada. Eles chegaram a tentar depositar cinco vezes o valor na conta de um beneficiário, o que não havia necessidade, pois, caso contrário, estariam bem mais adiantados. Ela se despediu, desejando boa tarde a todos. **Rafael Farias** pediu que encerrassem esse ponto. Ele compreendeu que havia divergências com o Estado e também não concordava com muitas coisas ditas, mas destacou a necessidade de seguir para a discussão da PNAB. Ele mencionou que a saída de Ana Paula era muito ruim, pois ela era uma pessoa importantíssima para trazer esclarecimentos sobre a PNAB, já que participou de todo o processo de elaboração. Rafael Farias ressaltou que ela devia estar presente, pois muitos estavam esperando para discutir a PNAB, e que a reunião não estava avançando devido à repetição dos mesmos pontos. Ele pediu licença ao companheiro Elimar Pereira para que pudessem caminhar e discutir a PNAB. Ele destacou que houve muita confusão e que muitas pessoas perderam recursos justamente por causa dessa confusão criada pelo Estado de Pernambuco. Por isso, o Estado teve que depositar o dinheiro cinco vezes. Elimar Pereira criticou o governo atual e questionou por que a Secretaria de Cultura não estava presente na reunião para falar sobre a PNAB. Ele comentou que ela estava em palcos com Carlinhos Brown, tirando fotos, mas não estava ali para discutir o futuro cultural de Pernambuco e os recursos vindos do governo federal. Ele afirmou que não se deve trazer as coisas prontas para o conselho, pois os conselheiros estão engessados e sendo colocados uns contra os outros. Elimar Pereira concluiu sua fala mencionando que vivem em um estado de coronéis e ressaltou que essa era sua opinião. **Rafael Farias** disse ao companheiro que não queria interromper sua fala, mas que entendia que já estavam ali há quase mais de uma hora e meia e que precisavam avançar. Ele mencionou que não sabia se Amanda Carneiro já tinha terminado os informes, pois ela tinha mais algumas devolutivas para trazer, e ressaltou a necessidade de entrar na pauta da PNAB. Rafael Farias pediu a Amanda Carneiro que, se possível, concluisse os informes e trouxesse as devolutivas que já haviam sido mencionadas no grupo, para que pudessem finalmente entrar na pauta, destacando que já tinham passado uma hora e quarenta minutos sem começar a discutir a pauta. **Amanda Carneiro** explicou que, infelizmente, enfrentavam essa problemática no conselho, onde não conseguiam se programar adequadamente para concluir no tempo, pois eram interrompidos a todo momento. Ela prosseguiu, mencionando a questão levantada por Thaynna Leocádio sobre a marcação da reunião para a eleição da presidência do conselho, enfatizando a necessidade de marcar essa data o quanto antes para que pudessem realizar uma reunião extraordinária focada nesse assunto específico. Amanda Carneiro pediu que, ao final da



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

reunião, Thaynna Leocádio a ajudasse a fazer uma enquete para a próxima semana, visando organizar essa reunião com brevidade, a fim de eleger o novo presidente da sociedade civil. Ela destacou a importância de fazer todo o trâmite relacionado à divulgação no Diário Oficial e repassar todas as informações que estavam sendo tratadas pela vice-presidência no momento. Ela pediu que, ao responderem, não se perdessem em meio a tantas mensagens. Amanda Carneiro também mencionou a pauta do dia, informando sobre os erros já definidos, que foram colocados algumas vezes no chat, e falou sobre a situação da LPG. Ela esclareceu que consultou a secretária executiva Yasmim Neves sobre o ponto trazido por Wllyssys Wolfgang sobre a situação atual da LPG, para esclarecer as coisas. Ela informou que, na próxima segunda ou terça-feira, ocorreria uma reunião para tratar da nova situação, e mencionou que não iriam entrar na pauta da LPG naquele momento, mas sim dar o informe para que todos pudessem esperar a próxima reunião extraordinária. Ela esclareceu que estavam seguindo o calendário, conforme apresentado na última reunião de 10 de julho, e que estavam na fase de análise do resultado provisório da análise documental de habilitação para pagamento. Amanda Carneiro destacou que o calendário não havia mudado, sendo o mesmo apresentado na reunião anterior. Por fim, Amanda Carneiro disse que iria dar um print do calendário e colocar no grupo dos 80 para evitar informações dúbia e tumultuar o processo, garantindo que não houvesse mal-entendidos sobre possíveis mudanças no calendário pelo governo. **Rafael Farias** disse acreditar que o esclarecimento que o companheiro Wllyssys Wolfgang pediu não era necessariamente sobre a questão do prazo. Ele mencionou que Wllyssys fez um outro apontamento que parecia mais voltado para o quantitativo.

Rafael Farias sugeriu que, se Wllyssys Wolfgang quisesse falar e pontuar essa questão, alguém do governo presente na reunião poderia trazer essa devolutiva naquele momento, o que ele considerava muito importante. Rafael Farias propôs abrir a palavra para o companheiro Nivaldo Jorge falar sobre esse ponto. Em seguida, ele sugeriu que Wllyssys Wolfgang esclarecesse melhor as dúvidas que ficaram, pois, para ele, não haviam ficado muito claro. **Nivaldo Jorge** saudou a todos e disse que queria solicitar, com todo respeito ao Elimar Pereira, como conselheiro, que moderasse suas falas. Ele explicou que acredita que não é o papel dos conselheiros ter a mesma visão e o mesmo pensamento, e que isso atrapalha muito o processo. Ele mencionou que as agressões ao governo já fizeram com que perdessem a participação de Ana Paula na reunião. Nivaldo Jorge pediu que, em respeito a todos os conselheiros, Elimar Pereira se contivesse, pois em toda reunião ele agredia de forma constante. Ele destacou que a postura enquanto conselheiro deve ser a de mediador de diálogo, e não de agredir por agredir. Nivaldo Jorge afirmou que não concordava com essa postura e pediu respeito a todos, tanto do poder público quanto da sociedade civil. Concluiu dizendo que era isso que ele queria pontuar. **Elimar Pereira** disse a Nivaldo Jorge que ele tinha suas próprias lutas e que ele, tinha as suas em relação ao governo. Ele explicou que fazia suas cobranças diretamente ao governo e que Nivaldo



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Pereira deveria fazer as suas cobranças também. Elimar afirmou que continuaria a cobrar porque considerava o estado ineficiente, que deixava mestres e mestras à mingua. Ele afirmou que, se Nivaldo Jorge não cobrava por ser conveniente ao estado, isso era um problema de Nivaldo. **Nivaldo Jorge** disse que apenas solicitou respeito. Ele afirmou que, se Elimar Pereira não entendia o que significava a palavra respeito, estava atrapalhando a reunião e explicou também que o dinheiro do governo federal, que era público e pertencia a todos os brasileiros. Nivaldo Jorge pediu que Elimar Pereira se comportasse e, se não respeitasse a ele, ao menos respeitasse os demais presentes na reunião. **Rafael Farias** concordou, dizendo que estavam ali para cobrar na hora certa. No entanto, ressaltou que era necessário entender e respeitar o tempo estipulado, que era de três minutos por fala. Ele pediu a todos os companheiros e companheiras que, se não estivessem satisfeitos, se inscrevessem novamente para falar. Rafael Farias destacou que não se poderia ficar cortando e atropelando a fala dos outros, pois isso atrapalhava a condução da reunião. Ele pediu a Amanda Carneiro que concluísse para que pudessem ouvir o companheiro Wllyssys Wolfgang e entender se o esclarecimento era em relação a isso. **Amanda Carneiro** falou que estava trazendo um informe para atualizar sobre o processo da LPG. Ela explicou que existiam situações em que a documentação ainda não havia sido enviada, e mencionou que, embora houvesse a possibilidade de mais chamamentos, não poderia confirmar isso no momento. Amanda Carneiro destacou que, na reunião de terça-feira, seria discutido e trazido mais informações atualizadas sobre os números reais. Ela observou que os números poderiam mudar até lá e que seria interessante fornecer os números atualizados na próxima reunião extraordinária, onde também seria feita a eleição. Amanda Carneiro sugeriu que, assim, poderiam tratar sobre LPG (suplentes). **Wllyssys Wolfgang** afirmou que a resposta de Amanda Carneiro estava correta e agradeceu, mencionando que se sentia contemplado. Ele confirmou que o calendário estava sendo seguido conforme o esperado. Wllyssys Wolfgang pediu, no entanto, que, se houvesse uma resposta sobre o chamamento de suplentes, fosse compartilhada, pois muitas pessoas haviam perguntado sobre isso. Ele ressaltou que, quando recebesse informações, as repassaria. Ele concluiu dizendo que estava tudo bem e expressou seu agradecimento. **Rafael Farias** relatou que, em uma reunião com Yasmim Neves para tratar de quadrilha junina, aproveitou para perguntar sobre a possibilidade de chamar mais suplentes. Segundo ele, Yasmim informou que, até aquele momento, poderia haver o chamamento de suplentes até o esgotamento do recurso. Alguns produtores e produtoras não enviaram as documentações, mesmo após tentativas de contato por parte do governo, e alguns desistiram de buscar o recurso. Rafael Farias expressou pesar por essa situação, que considerou uma pena para os produtores do estado. Ele sugeriu que, na próxima reunião extraordinária, mais informações sobre a LPG fossem trazidas. **Amanda Carneiro** informou que a presidente, por enquanto, Yasmim Neves estará presente na próxima reunião. Ela mencionou que Yasmim Neves irá realizar um levantamento interno e trará o número atual de suplentes que não responderam durante o período em que a documentação foi enviada. Havia cerca de 70 suplentes que não



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

enviaram a documentação. Yasmim Neves irá revisar tudo para fornecer os números reais na próxima reunião. Além disso, Amanda Carneiro destacou que, até a reunião de segunda-feira, ainda poderiam ser enviadas documentações. Esses dados serão passados para garantir que todos tenham ciência do andamento do processo. **Rafael Farias** informou que, agora, no primeiro ponto de pauta, que seria a PNAB, gostaria de iniciar ouvindo o governo. Ele mencionou que sabia que algumas pessoas iriam falar sobre a PNAB e, em seguida, abriria as inscrições para o debate e a discussão. Rafael Farias afirmou que sabia que havia muitas pessoas querendo falar, mas aproveitou para pedir uma rápida explanação sobre como foi feito o PAAR. Ele explicou que encontraram algumas divergências entre o que foi discutido anteriormente com o governo e como o PAAR realmente ficou e se encontrava naquele momento. Rafael Farias pediu informações sobre como ocorreu a mudança percentual, que foi muito grande, e sugeriu que, em seguida, abririam a discussão para que alguns conselheiros pudessem falar e pontuar suas observações. Ele expressou estranheza em relação às mudanças no PAAR do Estado de Pernambuco, comparando com o que foi discutido anteriormente no conselho. Rafael Farias mencionou que uma das principais reclamações da sociedade civil era a discrepância entre as informações inicialmente fornecidas e o que foi efetivamente apresentado, destacando a necessidade de melhor comunicação. Ele enfatizou que o problema poderia ser mais relacionado à forma como o governo se comunica com o conselho do que às próprias decisões tomadas. Rafael pediu esclarecimentos sobre as mudanças, por que foram feitas e como foram comunicadas, agradecendo antecipadamente pela informação. **Bárbara Santini** explicou que o PAAR foi montado através das escutas. Ela mencionou que, embora a secretaria tenha suas próprias ideias quanto aos editais, esses editais também são estruturados com base no que foi ouvido da sociedade e nas escutas realizadas. Assim, o PAAR foi elaborado. Bárbara Santini confirmou que o que foi especificamente apresentado na reunião que não foi para o PAAR foi discutido e que, durante essa reunião, ouviram o próprio conselho. Se não me engano, houve uma divisão de um dos editais, e solicitou-se que separassem alguns editais. Ela não se lembrava ao certo quais editais foram separados, mas acreditava que era o edital para quilombolas. Bárbara Santini questionou se a dúvida era sobre algum indicador específico e explicou que a secretaria tem seu planejamento para premiação e para todos os pontos que envolvem o PAAR. No entanto, esses pontos também são estruturados e avaliados com base no que foi ouvido na escuta da sociedade e no que foi discutido com o conselho. **Willyssys Wolfgang** iniciou dizendo que tinha o maior respeito pelo trabalho da Secult e compreendia as dificuldades enfrentadas, principalmente com a LPG. Ele destacou que suas observações vinham da sua base e de sua experiência como produtor cultural com 20 anos de atuação. Ele mencionou que havia trazido algumas questões para o grupo dos 80, e a primeira delas era sobre a apresentação do PAAR pela Secult. Ele observou que, entre os aspectos discutidos, havia um edital para reformas e aquisições, mas não foram discutidos detalhadamente quais seriam os destinos desses recursos. Quando o PAAR foi destinado ao Museu e à Casa dos Conselhos, 100% da verba dessa



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

linha de ação foi para a região metropolitana. Como conselheiro do Sertão, Wllyssys Wolfgang expressou sua preocupação com a falta de destinação de recursos para o interior, não apenas para o Sertão, mas para outras regiões também. Ele acompanhava discussões no comitê nacional e em grupos de discussão nacional, e destacou que o governo havia estipulado um prazo até o dia 31 do mês para o reenviado ou adequação da área. Ele ressaltou a discrepância na distribuição dos recursos, alertando que destinar 100% do recurso para uma única região poderia parecer injusto, especialmente para o Sertão, que ele representava. Ele também mencionou que, na LPG, havia cerca de 4,8 milhões destinados à reforma de equipamentos na região metropolitana, e destacou a importância de trazer esses equipamentos culturais para outras cidades, como Petrolina, a terceira maior cidade do estado, que ainda não possuía nenhum equipamento da Secult. Wllyssys Wolfgang finalizou reiterando que estava ali para trabalhar de forma propositiva e reforçou seu respeito pelo trabalho da Secult, esperando construir algo significativo para a cultura. Ele solicitou que a questão da destinação de 100% dos recursos para uma região fosse respondida, e ofereceu a oportunidade para outras perguntas se fossem feitas. **Bárbara Santini** começou afirmando que a intenção da gestão era interiorizar os recursos destinados às reformas. Ela explicou que, para avançar com os valores de reforma, era necessário ter um plano de trabalho, um projeto ou algum valor definido para o equipamento específico. O exemplo dado foi o Cais do Sertão, que havia apresentado um plano de trabalho e um planejamento para direcionar o orçamento para lá. O mesmo se aplicava à Casa dos Conselhos, que também tinha um valor reservado para o trabalho a ser realizado. Bárbara Santini enfatizou que a PNAB não se restringia a este ano e que era crucial trabalhar em conjunto com as partes envolvidas, trazendo os planos de trabalho e projetos para a Secretaria de Cultura. O objetivo era discutir e planejar com antecedência para que, em 2025, os equipamentos fossem efetivamente utilizados. Ela mencionou que a gestão estava atenta a outros equipamentos e que havia uma visão de interiorizar recursos para diferentes locais. Bárbara Santini destacou que o Conselho de Patrimônio havia sido consultado, e que na última reunião, Yasmim Neves havia solicitado que fossem apresentados equipamentos que necessitavam de atenção. Bárbara Santini reconheceu que alguns municípios poderiam não conseguir concluir o trabalho totalmente, mas reforçou que a Secretaria estava disposta a auxiliar e que era importante trazer essas informações para que a ajuda pudesse ser oferecida. Ela reiterou que para 2024, o que foi apresentado no PAAR e para a Secretaria já incluía projetos e planos de trabalho, com o objetivo de construir e apresentar os recursos ao ministério, demonstrando que havia um planejamento em andamento para a execução. **Rafael Farias** fez uma pergunta, dizendo que não sabia se a resposta seria fornecida ali, mas que, se não fosse possível, esperaria uma devolutiva posterior. Ele questionou como o Cais do Sertão foi selecionado como o equipamento para receber o recurso. Rafael Farias queria entender o processo de escolha, considerando que foi feito um levantamento em todo o estado. Ele mencionou que o sertão é uma área extensa e que, aparentemente, havia uma falta de clareza sobre por que o Cais do Sertão foi escolhido em vez de outros equipamentos que

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

poderiam ter planos de trabalho e investimentos municipais complementados com recursos do Estado. Rafael Farias expressou que a grande soma de dinheiro destinada a um único equipamento era estranha e questionou se não haveria outras formas de distribuir esses recursos para atender a um público maior, considerando a possibilidade de interiorização. Ele não estava julgando o valor ou a necessidade da reforma no Cais do Sertão, mas estava buscando entender o critério utilizado para a seleção e se havia outras formas de alocar investimentos. Rafael Farias pediu informações sobre como a Secretaria de Cultura chegou à decisão de destinar os recursos para esse museu específico e solicitou uma explicação sobre o processo de escolha. **Bárbara Santini** então explicou que a visão dela sobre o planejamento era que, no processo de elaboração da PNAB, quem fez as escutas e o plano de ação tornou tudo aberto ao público. Dessa forma, qualquer pessoa poderia acessar informações sobre quanto Pernambuco investiria em obras e em editais. Ela destacou que o Cais do Sertão não foi escolhido aleatoriamente; os equipamentos e planos de ação precisam ser apresentados e chegar até a Secretaria de Cultura. Bárbara Santini afirmou que, na visão dela, os projetos e planos de ação precisam chegar à Secretaria para serem avaliados, mas essa é apenas a perspectiva dela, baseada na experiência na Secretaria. Ela mencionou que, até onde sabia, a informação estava disponível publicamente, e o Cais do Sertão foi um dos projetos que chegaram até a Secretaria. **Rafael Farias** começou reconhecendo que entendia que a PNAB era uma política estruturante e que deveria ser considerada também para os próximos anos. No entanto, ele expressou preocupação com a falta de comunicação, observando que, embora a informação fosse pública, nem todos tinham acesso a ela. Rafael Farias destacou que nem todos estavam familiarizados com a lei e que, apesar da experiência com a LPG, ainda havia dificuldades na operacionalização e acesso à informação, especialmente para prefeituras. Ele mencionou que, em alguns casos, até o estado teve que ajudar algumas prefeituras a entender e implementar a lei. Rafael Farias deu exemplos de cidades como Arcoverde, onde um cinema estava fechado há mais de 15 anos, e outras cidades como Igarassu e Petrolina, que também tinham equipamentos culturais parados. Ele questionou por que o edital não foi lançado, afirmando que, se houvesse um edital, a concorrência seria mais transparente. Rafael Farias enfatizou que a escolha dos projetos foi feita pelo governo e não por meio de um edital, o que, segundo ele, representava um problema quando as decisões eram impostas de cima para baixo. Por fim, Rafael Farias passou a palavra para Wllyssys Wolfgang para complementar a discussão. **Wllyssys Wolfgang** queria esclarecer uma dúvida sobre um projeto. Ele mencionou que um equipamento receberia R\$ 5,5 milhões, além de R\$ 100.000 já destinados anteriormente, totalizando R\$ 5,6 milhões. Ele perguntou se esse equipamento já tinha um projeto pronto e um plano de trabalho, visto que, no final do ano anterior, em dezembro, o mesmo equipamento havia recebido aproximadamente R\$ 5 milhões da EMPETUR para reforma e readaptação do espaço. Ele questionou se a Secult sabia dessa duplicidade de recursos, uma vez que o equipamento já tinha recebido mais de R\$ 5 milhões do IPTU do estado e estava em reforma há cerca de 13 meses. Wllyssys Wolfgang também destacou a



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

importância do trabalho da Secult e pediu que sua observação fosse entendida como uma dúvida e não uma acusação. Como conselheiro do Sertão, ele sempre buscava chamar a atenção para a região, esperando uma distribuição equitativa dos recursos. Ele mencionou que, após a publicação do PAAR, foi dito que recursos seriam destinados à aquisição e reforma de espaços, mas notou que uma única região estava recebendo 100% dessa linha de ação, com um equipamento específico recebendo R\$ 5,1 milhões. Wllyssys Wolfgang destacou a necessidade de reavaliar a distribuição desses recursos, especialmente para cidades como Petrolina, que não possuem equipamentos culturais estaduais. Ele pediu que a Secult aproveitasse a oportunidade para criar espaços culturais em regiões carentes, como o Sertão, o Agreste e a Zona da Mata. Por fim, Wllyssys Wolfgang reiterou a importância do museu que receberia os R\$ 5,6 milhões, mas questionou se a Secult estava ciente da sobreposição de recursos e se isso havia sido verificado, enfatizando que sua pergunta visava compreender a situação e não desmerecer o trabalho do museu. **Ana Paula** não teve problema em ouvir críticas, especialmente construtivas, e se colocou à disposição para responder. Ela disse que não participaria de uma reunião sem uma pauta propositiva, mas abordou a questão da carta do Sertão. Quando o recurso chegou no ano passado, ele seria usado para fundar e executar quatro imóveis. No início deste ano, foi dito que não havia capacidade para executar o recurso devido a outras demandas e recursos federais. A Fundarpe conversou com a equipe e decidiu que o Cais do Sertão precisava da obra de reestruturação. Ana Paula explicou que, para não perder o recurso, decidiram usar um projeto já existente, passando pela procuradoria e pelo Ministério. Eles não poderiam iniciar um novo projeto e licitação a tempo, então optaram por usar o valor com o mesmo objeto. Ana Paula mencionou que, devido à falta de um departamento de engenharia e arquitetura, não poderiam executar diretamente. Pensando na interiorização dos recursos, ela pediu ao conselho de patrimônio que fizesse um levantamento de imóveis no interior. No entanto, devido às reuniões focadas na análise do Patrimônio Vivo, ainda não receberam essa devolutiva. Ela destacou que têm quatro anos para aplicar os recursos e não querem aplicá-los em um só lugar. Ana Paula ressaltou a necessidade de planejar licitações de projetos para 2025, com execuções em 2026 e 2027. Ela explicou que a capacidade de pagamento deve ser considerada e que a prioridade será definida pelo conselho de patrimônio, com base em uma triagem dos imóveis apresentados. Ana Paula afirmou que estavam bem adiantados no convênio e só aguardavam a aprovação do PAAR. Eles entregaram o PAAR conforme a data determinada pelo Ministério, um dia antes do prazo final. Ela informou que, naquela semana, estavam lançando todas as premiações por decreto, chamando um novo lote da LPG e a PNAB. Ela mencionou a falta de capacidade física para atrasos e que estavam em regime de mutirão, trabalhando intensamente. Ana Paula destacou que estavam resolvendo um problema sério relacionado à prestação de contas de Pontões de Cultura, acreditando que seria resolvido na próxima semana. Além disso, mencionou que nem todos receberiam recursos. Ana Paula ressaltou que a estrutura da Secult não suporta todas as demandas e que o exercício financeiro encerra em 15 de dezembro, sem prorrogação dos prazos para o PNAB, ao



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

contrário da LPG. Ela também mencionou os 16 céus da cultura, cuja construção passou para a CEHAB, que estava iniciando a análise técnica dos terrenos disponibilizados pela prefeitura. **Rafael Farias** disse que entendia o esforço hercúleo da equipe, uma expressão que seu companheiro Wllyssys Wolfgang gostava de usar. Contudo, ele expressou preocupação com a situação, exemplificando que, se não houvesse prorrogação da LPG, estariam em dificuldades, considerando que já estavam em agosto. Ele reconheceu o sacrifício e as limitações da equipe, mas destacou a necessidade de cobrar da secretaria e da governadora a contratação de mais pessoal. Rafael Farias reembrou que já havia perguntado anteriormente se o Estado estava preparado para a demanda da PNAB, que precisaria ser operacionalizado até dezembro, incluindo o pagamento e o processo de avaliação dos editais pelos pareceristas, o que ele considerava a parte mais crítica. Ele enfatizou que, como conselheiro, também era cobrado e que atuava como uma ponte entre o Estado e suas bases. Ele mencionou a inquietação dos representantes do interior ao verem R\$ 5 milhões destinados a um equipamento na região metropolitana, e que era seu papel questionar e esclarecer essas decisões. Ao final, Rafael Farias passou a palavra ao companheiro Wllyssys Wolfgang para complementar a discussão. **Wllyssys Wolfgang** explicou que, da perspectiva dele, parecia que 100% do recurso de uma determinada linha foi aplicado em uma única região. Ele alertou que isso poderia ser um problema se fosse o mesmo projeto, pois poderia haver sombreamento de despesas, o que não é permitido e poderia resultar na perda dos recursos. Wllyssys Wolfgang destacou que, em sua região, não havia projetos e que, sem a intervenção da equipe da Secult, dificilmente haveria no futuro próximo. Ele sugeriu que a Secult usasse sua expertise para garantir a presença e criar um equipamento na região, aproveitando a oportunidade oferecida pela linha de ação que permite tanta reforma quanto aquisição. Ele mencionou que Petrolina, a terceira maior cidade do estado e um polo regional, poderia se beneficiar muito, especialmente com prédios antigos que necessitam de reforma. Ele sugeriu que os recursos poderiam ajudar na estruturação do museu e outros equipamentos do estado, além de adquirir um prédio para criar uma base de apoio local. Isso permitiria exibições, apresentações e a contratação de funcionários, movimentando a economia local. Wllyssys Wolfgang expressou preocupação com a sobrecarga da equipe da Secult e enfatizou a necessidade de reavaliar como a lei é aplicada, inclusive em colaboração com o governo federal. Ele destacou a urgência de garantir que os recursos não fiquem concentrados em uma única região. Por fim, agradeceu a Ana Paula por seu tempo e pediu uma devolutiva sobre o processo. **Rafael Farias** fez uma pergunta sobre o projeto da EMPETUR do Cais do Sertão, questionando se era o mesmo projeto sendo utilizado atualmente e se os recursos estavam sendo duplicados. Ele mencionou que, se fosse o mesmo projeto e a lei tivesse aproveitado o projeto existente, não veria problema. No entanto, ele quis saber para onde foi destinado o dinheiro que estava originalmente separado para a EMPETUR. Rafael Farias também levantou a questão dos Pontos de Cultura, mencionando que era um ponto importante da pauta e que Cleonice Maria, uma defensora dessa causa, não estava presente. Ele destacou a necessidade de resolver o problema dos Pontos de Cultura, pois,



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

caso contrário, eles não conseguiriam acessar recursos da PNAB. Rafael Farias pediu um levantamento da situação e mais informações sobre o que já havia sido feito a respeito. **Ana Paula** mencionou que a pauta dos Pontos de Cultura era uma questão diária que Yasmim Neves cobrava da Fundarpe. Ela informou que, naquele dia, receberam uma devolutiva da Fundarpe e estavam aguardando a emissão de um parecer, que seria favorável. Ana Paula explicou que tinham reuniões desde fevereiro e que todos os processos estavam catalogados, prontos para serem enviados para a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), apenas aguardando a autorização da Fundarpe. Ela afirmou que tinham feito todo o levantamento necessário e estavam esperando a confirmação para disponibilizar o parecer, que era positivo. Ana Paula destacou que os editais estavam prontos, mas só poderiam ser lançados após o parecer. Ela pediu que os conselheiros do interior trouxessem informações sobre equipamentos que precisavam de reforma ou aquisição de acervo, pois isso fazia parte do escopo das obras planejadas. Ana Paula mencionou que já haviam solicitado ao conselho de patrimônio sugestões sobre equipamentos que precisavam de melhorias. Ela explicou que, mesmo sem ter ideia do custo de uma reforma, poderiam planejar projetos para os próximos quatro anos. Ana Paula informou que, naquele ano, estavam focados em pequenos projetos, como parte elétrica e hidráulica na casa dos conselhos, que seriam licitados no próximo ano. Ela também anunciou que Petrolina e Petrolândia receberiam equipamentos culturais, com locais já definidos, e que estavam aguardando a CEHAB realizar o levantamento topográfico dos locais. **Rafael Farias** levantou uma dúvida sobre as inadimplências relacionadas à Lei Aldir Blanc. Ele mencionou que, se alguém ficou inadimplente na primeira fase da Aldir Blanc, não poderia concorrer à PNAB. Ele questionou como estava sendo feito o levantamento dessas inadimplências e se o Estado já prestou contas ao Governo Federal para não prejudicar os artistas que prestaram contas corretamente. Rafael Farias destacou que a Lei Aldir Blanc foi implementada durante a pandemia, quando muitas pessoas tiveram dificuldades em manusear equipamentos audiovisuais para fazer lives ou realizar eventos devido às restrições de aglomeração. Ele sugeriu que deveria haver mais sensibilidade na análise da prestação de contas daquele período. Por fim, Rafael Farias pediu informações sobre a situação atual para poder repassar para suas bases. **Ana Paula** disse que passaram cerca de 15 dias fazendo o levantamento dos recursos, pois na LAB 1 não existia o Mapa Cultural. Utilizaram PE integrado, Transfere Gov e Banco do Brasil, enfrentando dificuldades devido aos diferentes nomes usados pela mesma pessoa nessas bases. Conseguiram identificar quem recebeu os recursos e Ana Paula estava revisando toda a documentação enviada por Irene para estudar os editais. Ela explicou que a LAB 1 teve três modalidades: auxílio emergencial, subsídio e fomento. A lei exige prestação de contas, mas Ana Paula argumentou que o auxílio emergencial não deveria exigir isso. Precisava verificar o que a lei determinava sobre o subsídio e a prestação de contas do fomento, que deveria ser apenas um relatório do objeto. Receberam dados do Mapa Cultural e identificaram cerca de 5.000 beneficiários, incluindo os auxílios emergenciais, que somavam aproximadamente 2,5 milhões de reais.



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Ana Paula ressaltou que não tinham uma base de dados consolidada para identificar quem prestou contas. Ela queria apenas saber quem prestou contas, sem entrar no mérito do objeto. Dependendo do volume de não conformidades, o conselho tomaria uma decisão. Sobre os Pontões de Cultura, Ana Paula informou que 99% dos casos estavam resolvidos, mas ainda não sabia a ordem de grandeza dos números de quem prestou contas ou não na LAB 2. Esperava ter uma resposta clara até a próxima terça-feira, já que a equipe estava criando uma área de prestação de contas para fazer esse levantamento. Ela enfatizou que estavam segurando alguns editais até ter uma resposta definitiva sobre a prestação de contas, pois não queria impedir alguém de se inscrever sem saber se a pessoa havia ou não prestado contas. Ana Paula ressaltou que o objetivo era garantir acesso a todos, e que estava revisando toda a documentação durante o fim de semana. Ela afirmou que tinham sensibilidade quanto à situação e não queriam prejudicar ninguém, reconhecendo que foi uma época atípica e que muitos enfrentaram dificuldades para cumprir os requisitos devido às restrições da pandemia. **Rafael Farias** fez um apelo para que Ana Paula visualizasse com sensibilidade a situação, pedindo que ela apresentasse isso ao conselho para receber apoio. Ele mencionou que sabia que procurariam os órgãos de controle para que entendessem que o momento da pandemia foi diferente do atual. Destacou que, naquele período, os controles eram mais rígidos, o que dificultava a execução de eventos devido às restrições e à estrutura já paga, mas sem artistas disponíveis para se apresentar. Essa situação prejudicava o objetivo de celebrar e utilizar os recursos de forma eficaz, acabando por desfazer o que deveria ser um momento de celebração e aproveitamento. **Elimar Pereira** falou sobre a importância dos Pontos de Cultura, mencionando sua experiência de 20 anos na área e seu envolvimento com a Cultura Viva desde o início, em 2004. Ele destacou o papel crucial dos Pontos de Cultura no fortalecimento cultural e no apoio ao estado e à sociedade, enfatizando a necessidade de desburocratizar o processo para facilitar o acesso aos recursos. Elimar Pereira lembrou que, durante o governo Lula, foi feito um convênio direto para agilizar a chegada dos recursos, e expressou orgulho por ter participado das primeiras iniciativas. Ele mencionou que a lei de Cultura Viva, sancionada pela governadora em julho do ano passado, é essencial e deve ser sancionada com urgência. Enfatizou também que, no passado, a prestação de contas era feita manualmente, o que causava perda de documentos e dificultava a transparência. Ele citou o exemplo do Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu, que enfrentou problemas devido à falta de recursos e dificuldades na prestação de contas. Elimar Pereira concluiu destacando a necessidade de uma gestão compartilhada e de um diálogo constante entre o governo e a sociedade civil para avançar e resolver as questões enfrentadas, especialmente considerando o impacto da pandemia na cultura. Ele ressaltou que o espaço cultural em Igarassu, se revitalizado, poderia beneficiar grandemente a cidade. **Ana Paula** pediu novamente que fossem colocadas as sugestões dos participantes, ressaltando que a Secretaria de Cultura não possuía essa informação em nenhum local. Ela destacou que a Secretaria queria ouvir as sugestões, mas que, até aquele momento, não havia tido uma escuta eficaz. Ana Paula informou que, com 4 anos de recursos disponíveis, a



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

Secretaria buscara utilizá-los nos locais mais importantes. Ela mencionou que a Secretaria havia firmado um contrato com a Caixa Econômica para iniciar o estudo de topografia dos locais que receberiam os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). Inicialmente, seriam atendidos 16 municípios, dos quais 15 já haviam sido autorizados, faltando apenas uma autorização devido à documentação pendente. Ela também prometeu enviar a relação dos locais para os participantes. **Rafael Farias** agradeceu a Ana Paula por ter retornado e atendido, e também agradeceu a Amanda Carneiro pela interlocução, destacando que foi muito esclarecedor. Ele enfatizou a importância de ter mais representantes da Secretaria presentes para fornecer informações e retornar às bases. Rafael Farias expressou que, apesar das discussões acaloradas, o objetivo sempre foi buscar esclarecimentos e não ofender ninguém. Ele lembrou que, na reunião passada, precisou levantar a voz para ser ouvido, o que considerou ruim. Por fim, agradeceu novamente e incentivou Ana Paula a comparecer sempre às reuniões. **Willyssys Wolfgang** queria sugerir, inclusive algo que Yasmim Neves já havia mencionado, a montagem de um grupo ou a realização de uma reunião urgente para discutir a regionalização. Ele se propôs a participar e acreditava que seria importante fazer isso abertamente, para evitar parecer que alguém estava sendo privilegiado, e para que pudessem conversar, contribuir e ajudar a chegar a um consenso. Essa foi uma sugestão que ele gostaria de dar. Não sabia se Edvaldo Junior era o responsável por isso, embora já tivesse assistido a algumas lives dele sobre regionalização, mas nunca tinha conversado diretamente com ele. Portanto, ele se colocou à disposição para construir algo, e acreditava que, se fosse feita uma reunião aberta, outras pessoas também poderiam contribuir. Em Petrolina, havia um equipamento que estava parado e que precisava de cerca de 1 milhão e meio para ser concluído. Era um equipamento grande, ligado à universidade, e estava localizado em um espaço do Estado, na beira do Rio São Francisco. Ele considerava que seria importantíssimo ter o nome de todos envolvidos nesse projeto e receber esse equipamento. Outra questão era a análise realizada no interior, que indicava que a categoria de multilinguagens poderia trazer problemas. Ele mudava de assunto para destacar que acreditava que essa categoria, que abraça todas as linguagens, merecia uma observação mais detalhada. Com base na experiência dos outros editais, ele percebeu que a categoria de multilinguagens, que já havia ocupado cerca de 3.000 vagas na LPG, tinha uma demanda muito grande. O valor destinado a essa categoria era de 12% do valor do edital, e ele acreditava que isso era insuficiente dado o volume de demanda. Sugeriu, portanto, que fosse considerada a possibilidade de aumentar a quantidade de beneficiados e reestruturar o orçamento enquanto ainda era possível, para evitar insatisfação e dificuldades com a demanda. A quantidade de vagas para a categoria de multilinguagens era de 200, e com cerca de oito milhões disponíveis, ele achava que era pouco para atender à demanda, considerando que a maioria das pessoas se enquadrava nessa categoria. Ele pediu que fosse feita uma avaliação dessa situação e agradeceu pela atenção e disponibilidade. **Ana Paula** afirmou que a equipe poderia contar com ela sempre que necessário e elogiou a contribuição de Willyssys Wolfgang, considerando-a muito



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

pertinente. Ana Paula mencionou que ela e Yasmim Neves iriam revisar a questão da linguagem e que esse tipo de contribuição e crítica construtiva era importante para melhorar a cultura. Ana Paula assegurou que estariam sempre abertos para o que fosse necessário e que a equipe estava lá para atender a todas as demandas, enfatizando que estavam ali para isso e não fazendo um favor. Ela destacou que a melhoria e a interiorização da cultura eram prioridades tanto para o governo quanto para a equipe, e que estavam empenhados em resolver pendências da gestão e da pandemia. Ana Paula explicou que as dificuldades muitas vezes eram causadas pela legislação, e que a equipe enfrentava desafios diários com o Tribunal de Contas, Ministério Público e outras entidades. Ela mencionou a dificuldade de lidar com denúncias repetidas e a necessidade de elaborar respostas detalhadas. Ela também comentou sobre uma crítica que fez ao Ministério da Cultura, pedindo alternativas dentro da legalidade para resolver problemas culturais, em vez de apenas receber o artigo da lei. A equipe enfrentava desafios semelhantes em outros estados e havia uma reunião agendada para a primeira semana de agosto para discutir essas questões. Ana Paula ressaltou que a execução do Edital de LPG em 2023 era humanamente impossível e que o Estado foi o primeiro a lançar o edital, mesmo sabendo da necessidade de prorrogação. Ela criticou a falta de aviso prévio do Ministério sobre a prorrogação, o que causou desgaste e trabalho extra para as secretarias durante períodos festivos. A equipe estava lidando com informações em cima da hora, o que era prejudicial para o trabalho. **Willyssys Wolfgang** disse que queria saber se seria lançado um cronograma dos editais e quando isso aconteceria. Ele mencionou que a data era abstrata, entre o final de julho ou início de agosto, e perguntou se havia datas precisas. Ele sugeriu, por exemplo, que se fosse lançado um cronograma no dia 25, seria possível saber que no dia primeiro de agosto seriam lançados determinados editais e, posteriormente, outros, pedindo clareza nessa metodologia. **Amanda Carneiro** respondeu que poderia esclarecer a questão, pois durante toda a semana anterior, inclusive no feriado, a equipe da Secult trabalhou sem parar devido às premiações. Ela explicou que toda a gerência de políticas culturais trabalhou no feriado, e muitos estavam envolvidos no Festival Pernambuco Meu País, com equipes de literatura e artes circenses participando ativamente. Amanda Carneiro observou que Yasmim Neves estava construindo o cronograma junto com os setores de planejamento, OBIC e Mapa, para apresentá-lo em breve. Ela afirmou que na próxima semana, provavelmente na segunda ou terça-feira, haveria uma Reunião Gerencial com a secretária e os gerentes de todas as áreas culturais, onde esse cronograma seria discutido. Amanda Carneiro mencionou que essa questão estaria na pauta da próxima Reunião Gerencial, e que na reunião extraordinária seguinte, haveria uma resposta mais coesa sobre essa dúvida de Willyssys Wolfgang. Ela acrescentou que Yasmim Neves já havia levantado essa preocupação junto aos setores da Secult, e Amanda havia participado de algumas dessas discussões enquanto resolia outras questões dos conselhos. Além disso, Amanda Carneiro informou sobre uma reunião extraordinária na próxima semana, com a presença de Júnior Afro, do diretório Nacional de Cultura, que estaria em Pernambuco entre os dias 23 e 26. Ele iria



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ao Sertão do Pajeú no dia 26 e possivelmente participaria da reunião extraordinária, desejando muito dialogar com o grupo. Amanda Carneiro mencionou que as reuniões extraordinárias geralmente são virtuais, mas perguntou sobre a possibilidade de realizá-la presencialmente ou de forma híbrida. Ela informou que foi feita uma enquete no grupo dos 80 para definir o dia da reunião extraordinária. **Edvaldo Júnior** expressou sua alegria em participar das reuniões do Conselho e acompanhar suas atividades, considerando-as de suma importância para garantir uma gestão democrática das políticas de Cultura. Recentemente, ele esteve envolvido no debate sobre o plano estadual de cultura, que resultou em discussões enriquecedoras e propostas voltadas para os pontos de cultura, em sintonia com as discussões do próprio conselho e da representante do segmento, Cleonice Maria. Ele destacou a importância de Pernambuco como um estado comprometido com a cultura de base comunitária, buscando atualizar a política estadual com a Política Nacional de Cultura Viva. Sobre a situação dos pontos de cultura, Edvaldo Júnior mencionou as 17 entidades culturais que firmaram convênios com a Fundarpe e o projeto piloto de cultura. Ele afirmou que a Fundarpe deve se posicionar sobre esses convênios, mas que a Secretaria de Cultura está acompanhando e realizando reuniões para encontrar uma resolução rápida. Ele reconheceu a complexidade do processo, que começou em 2009, e os desafios enfrentados devido ao uso de instrumentos inadequados naquela época. Edvaldo Junior esclareceu que, embora os problemas de inadimplência dos pontos de cultura possam ter inviabilizado sua participação em outros instrumentos, como a LPG e a PNAB, a maioria dos pontos de cultura cumpriu suas obrigações de prestação de contas. O jurídico da Fundarpe está analisando esses casos para encontrar uma solução positiva e permitir o avanço da política de Cultura Viva em Pernambuco. Ele mencionou a necessidade de regulamentar a lei estadual de cultura viva, sancionada recentemente, e alinhar essa política com a nacional. Edvaldo Junior também destacou a importância de discutir a regulamentação da política estadual de cultura viva no Conselho, junto com outras pautas urgentes, como a PNAB e o plano estadual de cultura. Ele se colocou à disposição dos conselheiros para esclarecer dúvidas e alinhar as discussões necessárias para a construção e consolidação da política de Cultura Viva no estado de Pernambuco. **Elimar Pereira** saudou Edvaldo Junior e destacou a longa história de colaboração entre eles, mencionando questões desde a época da SPTC. Elimar Pereira comentou que, embora seja importante considerar o governo federal, também é crucial focar nos problemas locais, especialmente no que diz respeito aos pontos de cultura. Ele apontou que o estado não cumpriu seu papel de alocar recursos adequados e que Edvaldo Junior, estando à frente da coordenação na época, conhecia bem essa situação. Elimar Pereira expressou a esperança de que, com a liderança de Edvaldo Junior e seu conhecimento prévio, haja uma mudança real e positiva para o futuro dos pontos de cultura. Ele reconheceu que houve insatisfação por parte dos pontos de cultura devido a problemas passados e enfatizou a necessidade de uma discussão franca e colaborativa para superar esses desafios. Ele mencionou a urgência de resolver essas questões, especialmente à luz dos 20 anos da Lei Cultura Viva, e criticou a falta de respostas concretas durante a



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

reunião. Elimar Pereira apelou para uma união verdadeira e esforços conjuntos para avançar, ressaltando o grande potencial cultural de Pernambuco e a necessidade de se inspirar em estados como a Bahia, que estão à frente em termos de cultura. Ele concluiu com um forte abraço e a disposição de continuar colaborando. **Francisco de Assis** destacou a importância dos pontos de cultura em Olinda, mencionando que existem nove pontos ativos, alguns desde a primeira leva. Ele lembrou de sua experiência na Fundarpe e na Secult, onde trabalhou na formação sobre os editais de regionalização em 2009 ou 2010, e enfatizou a relevância histórica de projetos como o convênio de Arcoverde para a Estação da Cultura. Ele trouxe questões práticas, mencionando sua identidade étnica e a situação de 15 pontos de cultura com problemas de inadimplência. Francisco relatou que, ao tentar emitir uma nota fiscal no sistema e-Fisco em 29 de março, foi impedido devido a pendências fiscais. Ele destacou que, apesar das prestações de contas terem sido enviadas, ainda havia impedimentos, e pediu soluções para esses problemas, especialmente enquanto os editais estavam abertos. Francisco de Assis sugeriu que poderiam ser adotadas formas compensatórias para os pontos de cultura, como atividades culturais para compensar as comunidades, e ressaltou a necessidade de uma abordagem bem estruturada para resolver esses impedimentos. Ele mencionou que a rede de pontos de cultura tem mais de 40 membros, e que muitos sentem grande dor e resistência devido às dificuldades enfrentadas, afetando até mesmo a saúde mental de alguns envolvidos. Ele concluiu sugerindo que, do ponto de vista legal, é crucial resolver essas questões para evitar que os pontos de cultura percam recursos importantes e possam continuar suas atividades sem os obstáculos causados por pendências administrativas. **Edvaldo Júnior**, respondendo, fez algumas colocações. Ele lembrou que, ao entrar na Secretaria de Cultura e na Fundarpe em 2016, alguns anos após o lançamento do primeiro edital de pontos de cultura, o estado praticamente não fazia mais repasses para esses pontos. Ele explicou que ajudou a equipe na gestão do passivo de prestação de contas. Naquele momento, algumas iniciativas, como o Casarão dos Pontos de Cultura, ainda estavam ativas, mas o programa federal já estava engessado. Edvaldo Júnior mencionou que essa era uma fase de transição e ressignificação da política de Cultura Viva. Quando foi lançada, a política funcionava como um programa, mas em 2014 foi convertida na Política Nacional de Cultura Viva e regulamentada no ano seguinte, com um ajuste em 2016, quando ele entrou na Fundarpe. Naquele momento, junto ao Ministério, ocorreu a migração dos convênios, um instrumento considerado engessado e complexo para essa modalidade de fomento. Ele destacou a aprovação do marco regulatório do fomento, que não era pensado na época dos editais de ponto de cultura. Esse instrumento gerou um processo de migração dos convênios, o que envolveu uma ampla discussão. A nova regulamentação da Cultura Viva tornou o processo de análise das prestações de contas mais flexível, mas justo. Hoje, isso é observado na LPG e será na PNAB e nos instrumentos lançados posteriormente. Edvaldo Júnior explicou que, durante o processo de migração, houve dificuldades operacionais dentro dos sistemas de controle do Estado. Quando o Estado faz o pagamento de um projeto de fomento, há uma obrigatoriedade de devolutiva ao sistema.



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE

POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

A equipe enfrentou dificuldades em lançar somente o relatório de cumprimento abaixo dessas informações. Isso gerou problemas para instituições que prestaram contas, mas ficaram com restrições no sistema, impedindo a emissão de certidões de regularidade fiscal. Durante a pandemia, houve uma mudança na estrutura de gestão da cultura na Fundarpe. Edvaldo Júnior foi realocado para atender outras demandas e deixou de acompanhar os pontos de cultura. Nesse período, algumas instituições ficaram com pendências por mais tempo do que o devido. Ele ressaltou que está tentando solucionar esses problemas e que, conforme mencionado por Ana Paula, haverá uma devolutiva positiva em breve. Quanto à questão levantada por Elimar Pereira sobre a falta de recursos do Estado, Edvaldo Júnior afirmou que isso não procede. O Estado tem um levantamento de prestações de contas ao Ministério da Cultura, e diversos pontos de cultura receberam repasses devidamente apresentados ao ministério. Ele finalizou colocando-se à disposição para responder perguntas abordadas. **Elimar Pereira** sugeriu que seria importante considerar abrir uma votação para permitir que Cacau, um representante dos construtores, falasse. Ele destacou que Cacau era uma pessoa das antigas e que o momento era muito sensível, enfatizando que isso já foi permitido anteriormente. Elimar Pereira mencionou que, em relação ao caso de Igarassu, houve um problema com a prestação de contas devido ao parcelamento das parcelas que deveriam ter sido pagas por inteiro. Ele evitou entrar em detalhes sobre isso, mas salientou a importância de avançar nas discussões. Elimar Pereira destacou a relevância da aprovação da lei que beneficiaria muitos fazedores de cultura e que resolveria diversos problemas, incluindo a questão da anistia. Ele lembrou que a anistia foi apresentada e discutida em reuniões com Léo Salazar, que ajudou a avançar essa questão na Câmara dos Deputados junto com a deputada Socorro. Finalizou mencionando que a lei agora precisava ser sancionada. **Rafael Farias** incluiu que achava necessário votar uma resolução permitindo que a sociedade civil voltasse a falar em qualquer momento da reunião. Ele lembrou que havia votado contra essa medida anteriormente, mas acreditava que precisava ser repensada. Rafael Farias explicou que, no seu entendimento, o formato tentado não funcionou. No entanto, ele considerou que naquele momento não era possível abrir essa exceção, pois isso abriria um precedente para quebrar as regras. Ele mencionou que conhecia Cacau, que era seu conterrâneo, mas afirmou que não seria possível permitir que ele falasse naquele momento. Rafael sugeriu que seria importante Cacau colocar sua pergunta ou questionamento por escrito para ser transferido para a discussão. Ele reiterou a necessidade de votar uma resolução para permitir que a sociedade pudesse falar em qualquer momento, desde que aprovado por todos os conselheiros, e propôs que isso fosse discutido nas próximas reuniões. **Thaynna Leocádio** disse que gostaria de entender melhor a situação, pois o terceiro ponto de pauta era sobre a Lei Cultura Viva. Ela mencionou que gostaria de falar sobre a retomada da discussão dessa lei, que, segundo ela, estava pronta, mas precisava ser regulamentada. Thaynna Leocádio perguntou quanto tempo faltava para que a lei fosse enviada ao legislativo e se já tinha sido mandada. Ela queria saber como estava o andamento da questão para que a lei pudesse ser aprovada e operacionalizada. **Rafael Farias** aproveitou



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

para complementar a pergunta de Thaynna Leocádio, perguntando sobre a aplicação da Lei Cultura Viva na PNAB. Ele mencionou que sabia que havia um percentual obrigatório e queria saber se ele seria totalmente distribuído. Rafael Farias também perguntou de que forma isso foi desenhado e pediu, se possível, uma explicação que não interferisse no trabalho planejado para os editais, apenas para entender se a lei estava sendo aplicada conforme estipulado. **Edvaldo Júnior** respondeu a Thaynna Leocádio, informando que a Lei Cultura Viva Estadual, parte da política estadual de cultura viva, já é uma lei sancionada no dia 3 de julho de 2023, sob o número 18.209. Ele explicou que agora falta regulamentar essa lei, ressaltando a importância de que essa regulamentação seja feita em um ambiente de discussão. Edvaldo Júnior destacou que esse processo deve estar em sintonia com a política nacional de Cultura Viva, pois a normativa do Ministério da Cultura exige um processo de integração entre as redes estaduais e pontos de cultura reconhecidos ou chancelados pelos estados, mas que não possuem chancela federal. Segundo ele, essa integração é necessária para que pontos de cultura reconhecidos pelos estados também sejam reconhecidos nacionalmente, fortalecendo a política de Pontos de Cultura. Sobre a pergunta de Rafael Farias, Edvaldo Júnior afirmou que o Estado investiria o percentual estabelecido pela normativa do Ministério da Cultura nos pontos de cultura, destinando aproximadamente um milhão e quatrocentos e noventa mil reais para fomentar pontos e pontões de cultura. Ele explicou que os editais seguirão a minuta padrão do ministério, que estabelece critérios de reconhecimento para que as instituições culturais ou coletivos concorrentes no edital do Estado sejam reconhecidos no Cadastro Nacional de Cultura Viva. Edvaldo Júnior mencionou que a proposta é fomentar pontos e pontões de cultura em todo o Estado, com ênfase na desconcentração, buscando reconhecer coletivos e grupos do interior do estado por meio dos editais da PNAB. Ele concluiu assegurando que a política de Cultura Viva será retomada em todas as frentes, tanto no fomento quanto na estruturação legal e normativa. **Elimar Pereira** mencionou que a Lei Cultura Viva completou 20 anos, e a Lei Cultura Viva no Estado de Pernambuco completou 10 anos, destacando a importância de não deixar Pernambuco de fora dessas comemorações. Ele afirmou que era essencial avançar e fortalecer a união dos pontos de cultura no Estado, ressaltando a força e a união da galera de Pernambuco. Elimar Pereira também lembrou que a força de Pernambuco é reconhecida fora do Estado. Ele falou sobre uma resolução do Tribunal de Contas de 2019, que estabelecia um limite de R\$ 100.000 para a tomada de contas. Ele explicou que isso foi uma defesa que ele fez, resultando na liberação de uma consulta. Elimar Pereira mencionou que, no dia do lançamento, chegou uma carta para o ponto de cultura em Igarassu, destacando a importância de experimentar e garantir o sucesso desse processo. Ele refletiu sobre a dificuldade enfrentada pelos mestres da época e enfatizou a necessidade de união entre os ponteiros presentes, lutando pela aliança e pelo bem comum. **Edvaldo Júnior** agradeceu pelo convite para participar da reunião do conselho e parabenizou o conselho por trazer a pauta para discussão. Ele expressou seu apreço por ampliar o processo de disputa, afirmando que, para quem o conhece, sabe que ele se sente muito confortável em



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO

ambientes de discussão, debate, conselhos, conferências e instâncias de participação social. Edvaldo Júnior enfatizou que gosta muito de espaços como esses, onde é possível debater e construir soluções para desenvolver e avançar nas políticas públicas. Ele se colocou à disposição para participar de debates e construções de políticas, especialmente relacionadas à Cultura Viva, ressaltando que é um grande parceiro nesse processo de construção e implementação das políticas públicas. Edvaldo destacou que, por onde passou, sempre se posicionou como interlocutor e mediador para entregar algo relevante à sociedade, afirmando que seu objetivo é semear e deixar um legado, mesmo que as colheitas não sejam imediatas. Ele acredita que, com pequenas caminhadas, é possível consolidar processos e deixar um legado cultural para o Estado, e isso é o que o motiva e o torna feliz em estar presente e discutir. Edvaldo Júnior finalizou reafirmando sua disposição e desejando um grande abraço a todos. **Rafael Farias** agradeceu ao companheiro Edvaldo Júnior e afirmou que a pauta da Cultura Viva nunca seria vencida, pois estava sempre mudando e evoluindo. Ele ressaltou a importância do bom debate e agradeceu a presença de Edvaldo Junior na conversa com o conselho. Rafael Farias desejou sorte a Edvaldo Júnior em sua caminhada e expressou o desejo de que ele pudesse voltar mais vezes, pois a pauta seria retomada em outras ocasiões. Ele destacou a importância de estar atento ao lançamento da PNAB, pois a Cultura Viva é um instrumento essencial de participação. Agradeceu a todos e expressou sua gratidão pela confiança que os companheiros depositaram nele naquele dia. Ele mencionou que foi pego de surpresa e não estava preparado, mas fez tudo ali, ao vivo, pelo celular. Rafael Farias agradeceu novamente pela confiança dos companheiros e incentivou a todos a seguirem em frente. Nada, havendo a tratar, o presidente **Rafael Farias Almeida (Presidente Interino)** agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que, depois de achada conforme, será assinada por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Rafael Farias Almeida (**Presidente Interino**)



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Augusto Ferrer de Castro Melo

Nivaldo Jorge Machado

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Carlos Eduardo Sales de Melo

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Severino Carlos Amorim

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Adailton José da Silva



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Eduarda Borba Lippo

Rennan Mendes dos Santos

Elimar Pereira da Silva

Natália Oikawa

Dayvton Diego Almeida

Karla Regina Monte Oliveira



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE
POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO**

Francisco de Assis do Nascimento